

A SRA. IRLAINE ALVARENGA - Disse, lá atrás, que a gente tinha sete etapas. Eu tirei aquela anterior. Nós já iniciamos o evento de lançamento, mas a parceria nós ainda não entramos. As parcerias, num cronograma lá atrás, a gente tinha colocado que ia ser feito na parte inicial. Só que ela vai ser feita na parte da intervenção local. A gente vai precisar de implantação de laboratórios. A gente vai precisar de pessoal técnico para a gente iniciar parcerias. Talvez também essa fase se estenda, porque precisa de muita elaboração, de muito contato, muita reunião. O restante das fases é esse.

A gente precisa ainda implantar divulgação maciça do projeto nessas comunidades principalmente das outras o diagnóstico local e a análise dos dados, que é o ponto principal do projeto, porque a gente quer saber o que está acontecendo nesses locais para a gente conseguir fazer intervenção, montar um livro e, consequentemente, transformar isso numa política pública territorial.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Acabou? Porque tenho algumas questões.

A SRA. IRLAINE ALVARENGA - Na verdade, é desdobramento do plano de intervenção, porque esse plano de intervenção é bem “pesado”. Acabou.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Eu tenho algumas questões a levantar em relação ao programa.

Aqui, registro que quanto ao primeiro programa apresentado pelo Dr. Claudino eu considero que aqueles investimentos dos dois troncos que demandam a Guanabara como também em relação ao Complexo de Itaboraí, o ex-Comperj, com investimentos estruturantes, também, estou aqui separando no Pacto-RJ o meu conceito. Evidentemente, depois a gente vai discutir coletivamente o que é estruturante, o que não é estruturante, porque o Pacto RJ devia prever investimentos estruturantes. A grande maioria dos investimentos é uma perfumaria só. Estou registrando que esses dois, no meu conceito, são estruturantes.

Eu achei esse programa bastante interessante, mas fiquei aqui com algumas dúvidas que não apareceram na transparência.

O Deputado Thiago Pampolha também se quisser fazer intervenções em relação às questões, o senhor fique à vontade quer seja como Deputado, quer seja como ex-secretário. Não preciso nem dizer que todo Deputado tem direito de fazer qualquer intervenção que quiser.

Olha só. Eu não verifiquei quantos núcleos são no total. A senhora falou em passant, no início, que fez uma licitação e teria contratado uma empresa gerenciadora. Então, também queria saber o valor desse contrato. Quem é a empresa gerenciadora? Se já teve memorando de início? Qual o prazo desse contrato? Quantos núcleos são?

Depois, a senhora colocou que tem duas fontes de recursos: o Fecam e Mata Atlântica. Esse programa está inscrito na LOA de 22? Se está alocado, é claro que a gente vai depois procurar. E a questão fundamental: se tem dois fundos, vai ter esse tipo de trabalho em Mata Atlântica e vai ter esse tipo de trabalho - como a senhora mesmo colocou - em território de comunidade para treinar, disciplinar, dar conhecimento e fazerem propostas ambientais e de sustentabilidade que beneficiem aquelas comunidades. Eu já vi algo, e Thiago Pampolha deve lembrar disso, que tem alguma conotação com esse programa na cidade do Rio de Janeiro há alguns anos, se chamava, um programa específico, Guardião de Rios, que visava a um objeto muito menor que esse, a preservação das margens dos rios, não jogar lixo nos rios. Thiago deve lembrar porque teve esse programa na Zona Oeste, não me lembro se foi na gestão do Cesar ou do Conde, mas ainda tem.

A questão que me parece também relevante é: qual foi o critério técnico que norteou a escolha dessas comunidades? Se isso está ligado a alguma questão específica. Por exemplo, o Claudino acabou de nos informar que a rede de esgoto do Jacarezinho mudou o cronograma e vai, possivelmente, concluir o tronco em setembro para jogar em Alegria. A gente sabe que a grande maioria do esgoto do Jacarezinho joga no Rio Jacaré, e joga sem tratamento, sem absolutamente nada. É uma reversão de expectativa e que está dentro desse programa, que até hoje não guardei o nome, que o estado está fazendo. Como é o nome?

A SRA. IRLAINE ALVARENGA - Cidade Integrada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Cidade Integrada. Até fiquei feliz com a notícia, Claudino, e vou até verificar a realidade que vocês estão fazendo com a Águas do Rio. Eu não verifico em qualquer programa que possa dar certo sem estarem envolvidas as prefeituras, e eu não vi a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, pelo menos quando ele foi lançado, envolvida nesse programa do Jacarezinho e Mangueinhos. Isso não é questão dos senhores, estou só fazendo esse registro.

Eu diria que uma reversão de expectativa dessas, um programa desses - Cidade Integrada, eu vou imaginar que vai ter um núcleo em Mangueinhos e um núcleo no Jacarezinho, até porque estão lá os rios que desembocam quase na foz da Baía de Guanabara e estão dentro dessa área de trabalho do INEA. Eu queria que a senhora falasse um pouco como é essa seleção, porque estamos aqui também atentos e estamos há seis meses das eleições. Se esse critério for de quem indica, o programa não vai dar certo; se tem um respaldo técnico é outra questão. Senão, tem que fazer três núcleos desses na Maré, são 150 adolescentes e, também, eleitores. Eu gosto do programa, mas não quero uso político - eu não gostaria, mas quem sou eu para não querer -, não quero uso político eleitoral. Então, eu queria que a senhora falasse sobre essa parte, como estão definidos esses núcleos.

Se o senhor quiser aproveitar para fazer a pergunta também.

O SR. ELIOMAR COELHO - O que me tem chamado mais a atenção é a forma como eu recebi, em termos de informações, o projeto Cidade Integrada. Era uma quantidade enorme de intervenções e, pelo menos, em uma análise à primeira vista, me perdoem as pessoas que trabalharam em cima disso, eu não considero esse programa nem cidade, nem integrada. E começa exatamente por isto que o nobre Deputado Luiz Paulo colocou.

Quer dizer, a não conversa da qual eu reclamo o tempo todo entre órgãos, por exemplo, do estado, responsáveis pela elaboração, colocação e prática exatamente da política, esses órgãos não se entendem no estado. Ai, pior ainda, numa intervenção desta onde você tem várias cidades, também a gente não vê essa conversa acontecer entre as cidades, com uma participação efetiva.

Então, a gente vai precisar, digamos, debulhar isso para começar a entender e compreender onde está, digamos, a eficácia de um programa desta natureza. As intenções são as melhores possíveis. A gente sabe, os propósitos verdadeiros, isso e aquilo, mas de repente a forma como é apresentada nos dá essa condição de colocar esses problemas que a gente visualiza e não vê, por exemplo, como será a questão do produto final para a população. Isso daí para mim é o que interessa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Deputada Renata Souza, por favor.

A SRA. RENATA SOUZA - Bom dia, bom dia nosso Presidente Deputado Luiz Paulo, Deputado Eliomar Coelho, Deputado e secretário Thiago Pampolha, senhores integrantes da Secretaria, do INEA, os técnicos, agradeço a presença.

Acho que os programas são importantes de serem organizados e trabalhados de maneira muito concreta a dar resultados e a apresentar impactos imediatos, porque é disso que precisamos, afinal de contas, quando falamos de meio ambiente, falamos de possibilidade de sobrevivência da população. E esse tema do saneamento básico tem algo que está no cerne hoje do que representa gastos importantes ou deveria ter investimentos importantes para essa área justamente para evitar gastos excessivos na área de Saúde.

Um debate que é feito em especial com ambientalistas é que, a cada real investido em saneamento básico economizamos quatro vezes mais em saúde pública. Eu sou cria da Favela da Maré e bebi uma água contaminada, tive hepatite, quase morri, não estaria aqui hoje para falar com vocês. E isso é saneamento básico. Claro, foi hepatite mais branda, enfim. Mas, de fato, prejudica a saúde da população em especial favelas, periferias. Então, o que a gente está falando aqui é de sobrevivência, é reconhecer o papel fundamental de

toda política pública com relação ao meio ambiente para sobrevivência da nossa população.

Dito isso, acho que tem um pouco a ver com os programas já apresentados aqui, mas também tem uma questão estruturante que é importante: façamos um reconhecimento. O Programa Pacto RJ, a gente pôde observar a distribuição de valores em eixos de investimentos. E o eixo de meio ambiente apresenta uma soma de 3.2 bilhões de reais. Ou seja, 19% do total previsto no Programa Pacto RJ. A pergunta que fica é que esse eixo do meio ambiente tem algumas ações, por exemplo, implantação da estação de tratamento de água Novo Guandu, com a maior quantia prevista entre as ações de 1.5 bilhão. E como executor dessa ação, a própria Cedae e aí talvez Águas do Rio. Gostaria inclusive que vocês pudessem responder isso. Isso significa, pergunta, que dos valores recebidos pela concessão, parte voltará para a própria Cedae, via execução dessa ação? Porque talvez Irlaine não consiga responder, mas os próximos conseguirão e eu já deixo aqui a pergunta.

No eixo meio ambiente, qual é o total que será repassado à Cedae, além desse valor de 1.5 bilhão? Outra pergunta: dos valores da concessão que pertencem aos municípios, e aqui a gente está falando desse diálogo com os municípios, parte desse valor também será utilizado para “contratar” a Cedae? Porque a gente fica com essa questão.

E uma pergunta que eu acho que é fundamental, se o ex-secretário, atual Deputado, puder nos responder também, para pensar junto conosco e poder contribuir melhor para essa audiência pública: em 2021, o governo utilizou somente 28% dos recursos do Fecam, que é o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano. O Fundo arrecadou aproximadamente 642 milhões, valor que representa 5% das receitas de compensações, e aí royalties do petróleo, mas só aplicou 183 milhões. Para esse ano de 2022, a previsão é de arrecadar 691 milhões. Pergunta que fica é: no Pacto RJ, temos recurso do Fecam? Qual será o empenho da execução orçamentária nesse ano para o Fundo, visto que temos um TAC assinado entre o governo e o Ministério Público sobre a inexecução dos valores arrecadados?

Então, ficam essas perguntas, porque considero estruturante. E, claro, cada projeto, cada programa é essencial, mas tem um plano de fundo que não podemos esquecer e é fruto, inclusive, dessa Comissão Especial. Então, sei que a senhora Irlaine também tem um limite para responder essas perguntas, mas quero aqui aproveitar todo o corpo técnico e, também, a presença do nosso ex-secretário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Deputada Renata Souza;

Dra. Irlaine, a senhora responde sobre o programa. E, se quiser ampliar, tem toda a liberdade, porque a gente está ainda no início da nossa audiência pública, tem outras pessoas ainda para falar.

A SRA. IRLAINE ALVARENGA - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - E aquilo que os senhores não quiserem, não tiverem condições de responder, porque nem sempre está todo mundo preparado para responder, a gente vai mandar as perguntas por escrito.

A SRA. IRLAINE ALVARENGA - Está bem. Com relação aos valores, porque vocês fizeram várias perguntas, com relação aos valores, principalmente as fontes, eu vou deixar com o nosso colega depois responder, com relação ao Ambiente Jovem. Porque, na verdade, a pertinência das minhas respostas vai ser com relação ao Ambiente Jovem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Perfeitamente.

A SRA. IRLAINE ALVARENGA - A Deputada Renata Souza fez outras perguntas mais a fundo e a gente vai responder, sim, de alguma maneira, está bem? Com relação aos locais, primeiramente, que é a parte técnica, são 120 locais. Dos 120, 100 são do Fecam, 20 são do FMA. Vamos começar pelo FMA.

Esses 20 do FMA, para a gente apresentar o projeto ao FMA, nós passamos pela Câmara e foi feita uma análise. Os locais também foram solicitados naquele momento. Então, os locais do FMA são locais que foram aprovados por eles. Critério: o critério com relação à necessidade dos locais. Porque, pelos dados que a gente tem da Mata Atlântica, aí é fato que a Região Metropolitana é uma região que necessita de mais projetos como esses, mais projetos de intervenção ambiental. Então, quando a gente olha pela zona de mapeamento e a gente vê: a área que está mais devastada é a área metropolitana, então, é um critério mesmo pela necessidade desses 20 locais. E, depois, a gente pode mandar por escrito quais são os locais, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Não, nós vamos pedir os 120; os 20 e os 100.

A SRA. IRLAINE ALVARENGA - Já adianto. O que acontece, com relação aos 100, nós estamos agora com os 40. Primeiramente, a escolha desses locais é feita também pelo critério utilizado pelo FMA, só que não é o Fecam que utiliza. A gente pega os dados que nós temos e nós vamos ver quais são os locais que têm as necessidades. Sendo que não basta simplesmente implantar, tem que ver. Os locais que estão nas prefeituras estão sendo feitos de acordo com a prefeitura. A prefeitura de Areal, Cardoso Moreira, as prefeituras todas estão envolvidas.

Porque não basta simplesmente colocar o NUP, tem que saber se tem um espaço que seja um espaço apropriado, que seja um espaço dentro de uma área que seja uma área possível de intervenção. Então, tem que ver se ele é operacionalmente viável, tecnicamente possível e economicamente viável...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Vocês fazem um convênio com a prefeitura, algum documento?

A SRA. IRLAINE ALVARENGA - Temos. A Prefeitura tem todo um ‘kitzinho’ de documento que a Prefeitura assina dizendo que tem interesse em aderir ao programa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - E vocês arquivam isso?

A SRA. IRLAINE ALVARENGA - Sim. Desses 40, a gente tem tudo direitinho. Agora, da Região Metropolitana, foi uma região que nós escolhemos, fizemos conforme os nossos dados; nós demos da Prefeitura do Rio. Mas os outros municípios, principalmente, porque o FMA solicitou esse ‘kit’, essa assinatura, dizendo que o parceiro tem interesse em colocar. Então, não basta simplesmente ter o local, tem que ter o local que seja com esses três critérios, economicamente viável, ainda socialmente seguro, porque tem que ser um local onde tenha uma segurança e que esteja disponível por, pelo menos, um ano; onde não tenha aluguel, porque o projeto não prevê aluguel. Tem que ser um local onde seja possível uma instalação elétrica adequada, porque o recurso do Fecam prevê pequenas manutenções prediais, mas não intervenções de obra.

Então, às vezes, a Prefeitura tem o local, mas, quando a gente vai fazer a visita técnica - isso já aconteceu muito, porque eu fui presencialmente às visitas -, vê que era local onde funcionava, por exemplo, um projeto esportivo de judô. Com tanta boa vontade, às vezes, que o parceiro quer, fala: “Não, não, coloca aqui no cantinho. A gente coloca umas cadeiras aqui e dá pra funcionar os dois ao mesmo tempo”, e não dá. Então, o estado também tem que olhar a questão operacional, a questão da viabilidade técnica disso.

Então, escolher esses locais, exige, sim, uma isonomia na escolha deles; existe um critério técnico para escolher esses locais que, inclusive, foram referenciados no termo técnico, onde a empresa aderiu.

Agora, com relação aos valores, às fontes e tudo, vou pedir para o nosso colega responder.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Não. A licitação, quem ganhou, qual é o prazo, qual o valor, se já assinou o memorando de início.

O SR. FELIPE MENDES - Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Pois não.

O SR. FELIPE MENDES - O prazo de execução desse contrato está proposto para 12 meses; o valor total está na casa de 42 milhões e a vencedora do certame foi a instituição sem fins lucrativos Contato.

O SR. LUIZ PAULO - Esse edital é com os 140 locais ou só para 40?

O SR. FELIPE MENDES - Foram dois editais. Um edital foi conduzido pelo gestor operacional do Fundo da Mata Atlântica...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - E o outro do Fecam. O SR. FELIPE MENDES - E o outro foi licitado com recursos do Fecam.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Então, são duas licitações?

O SR. FELIPE MENDES - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - E a mesma empresa ganhou as duas?

O SR. FELIPE MENDES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Sozinha?

O SR. FELIPE MENDES - Na primeira licitação, ela teve uma concorrência. Ela se sagrou vitoriosa pela qualificação técnica e pela proposta que ela foi apresentada. E na segunda licitação, só ela...

O SR. LUIZ PAULO - Acudiu.

O SR. FELIPE MENDES - Se interessou em participar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Ok. Então, Secretaria da Mesa, formalmente, solicitar cópia desse... Tem contrato assinado já? O SR. FELIPE MENDES - Tem contrato de relação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Então, não precisa; tira cópia dos contratos, dos dois contratos.

Por favor, Deputado.

O SR. THIAGO PAMPOLHA - Posso usar a palavra agora?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Claro.

O SR. THIAGO PAMPOLHA - Presidente Luiz Paulo; Deputada Renata; Deputado Eliomar, estava com saudades. Retornei à Casa...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Isso que eu falei, o senhor desceu do Olimpo e veio.

O SR. THIAGO PAMPOLHA - Estava com saudade. E queria aqui cumprimentar meus colegas de trabalho que, ao longo desse um ano e meio à frente da SES, foram bravos guerreiros, pessoas incansáveis para entregar o melhor para o nosso Estado.

Todos, todos, muito técnicos, muito qualificados, e sem dúvida nenhuma, referências naquilo que se propõem em fazer, e grandes responsáveis pelo êxito da nossa caminhada.

Então, queria cumprimentá-los e falar rapidamente, Sr. Presidente, de forma ampla, para a gente não se ater a nenhum assunto de forma específica, porque já estão aqui as pessoas que devem fazer isso, mas começar pelo final aqui. A Deputada Renata trouxe um assunto muito relevante, que inclusive foi tema de uma abordagem do jornal O Globo, que trouxe dados, números sobre a execução orçamentária do ano de 21, do exercício de 21, que trouxe que a gente executou cerca de 28%. Acho que foi essa a reportagem. Depois o nosso subsecretário., nosso não, o secretário Felipe pode desdobrar, mas é importante a gente ressaltar que realmente a execução foi baixa...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - O senhor não entendeu, o Felipe é o secretário? É o Subsecretário. É porque ele era DGF, foi nomeado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - E quem é o secretário agora?

O SR. FELIPE MENDES - José Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - José Ricardo? É porque não vi Diário Oficial ainda. E no INEA, ainda é o Phil?

O SR. FELIPE MENDES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Só para saber qual é o arranjo. “Arranjo” aí institucional, a gente não tem outra conotação.

O SR. THIAGO PAMPOLHA - Realmente a nossa despesa liquidada para 21 foi 183.105.204 milhões, o que representa 28% do orçamento disponível.

E uma das coisas que inclusive foi fruto da nossa resposta à Globo, que eu trago aqui para os senhores. Na verdade, quando a gente pega a Secretaria, quando eu entrei na Secretaria, era uma Secretaria que já vinha com pouquíssimos contratos ainda vigentes. Os vigentes estavam encerrando e a gente herdou uma Secretaria muito paralisada, quase sem contrato nenhum.

Então, a gente entra num período pandêmico, ou seja, com os funcionários trabalhando de casa, com um corpo técnico defasado. Sob o ponto de vista técnico da engenharia, isso é crucial. Se você não tem alguém para fazer um projeto básico, um executivo, se a gente não tem uma equipe estruturada, forte para isso, ainda por cima, com funcionários de idade e num momento de pandemia, isso tudo cria uma série de transtornos.

Feita a mea culpa, a gente vai falar um pouquinho da retrospectiva, que eu acho que é importante a gente ressaltar que, nos quatro anos anteriores, quatro exercícios anteriores - e aí a gente remete até 2017, nós fomos ainda o exercício que teve despesas, que mais investiu. Então, aqui eu posso trazer os números. 21, 183; 20, 128; 19, 101; 18, 116; 17, apenas 89 milhões.

Então, dos quatro anos, nós fomos os que mais efetivamente conseguimos fazer despesa liquidada. E mesmo diante de tantas complexidades que o momento nos trouxe, enfim, uma série de problemas aqui que eu já apontei.

Então, acho que esses são os dados que a gente pode trazer. E soma-se a isso uma situação que eu acho que nós vivemos muito de perto aqui da Assembleia, que foi o contingenciamento dos fundos. O Fecam, que é o nosso principal fundo, o Fundo de Conservação Ambiental do Estado, foi contingenciado por vezes, chegando à monta acho que 60%, salvo engano. E só começou a ser descontingenciado, no exercício de 21, a partir do meio do ano.

Então, nem previsibilidade orçamentária nós tínhamos para fazer a aplicação dos recursos. Então, assim, tudo isso criou uma série de transtorno. Aí, a Globo veio, deu uma “porrada” na gente, a gente recebe, porque a nossa equipe em nenhum momento se eximiu de respostas à imprensa e a gente entende que realmente é um número baixo apresentado, 28%. Mas, diante do cenário e diante do que a gente viu dos últimos anos e da realidade de o nosso principal fundo estar contingenciado, mais de meio ano, nós entendemos que foi realmente um exercício talvez não parrudo, não substancial, mas que cumpriu o seu dever de forma exitosa.

E dizer que, para o ano de 2022, nós já estamos previstos aí, até agora, de gastar pelo menos da Secretaria mais da metade do que já está provisionado. Isso até agora o que já está comprometido. Depois o Felipe traz um pouco mais dos números, eu acho que vai elucidar bem essa questão que a Deputada Renata Souza trouxe, que é uma preocupação extremamente pertinente.

Queria falar um pouquinho sobre o programa Ambiente Jovem, que é um programa que é o meu xodó lá, a Irlaine conduz muito bem junto à Subsecretaria de Recursos Hídricos, a nossa Subsecretária Ana Asti.

É um programa que já está funcionando, a gente já começou alguns núcleos já com aula, com sala de aula e que eu acho que vai cumprir um papel fundamental para o Estado do Rio de Janeiro, que nunca teve nada dessa robustez, desse tamanho e dessa potência, sobretudo com capacidade de um alcance social imensurável no Estado do Rio de Janeiro. Eu acho que isso é importante a gente trazer. Inclusive, tem lei nessa Casa que prevê que percentual do Fecam seja destinado para a educação ambiental e isso nunca aconteceu. Então, pela primeira vez na história do Estado do Rio de Janeiro nós cumprimos uma lei dessa Casa levando um programa de extremo alcance social e ambiental envolvendo a juventude pobre, a juventude de comunidades vulneráveis, num programa robusto de educação ambiental onde nós trouxemos a Academia para elaborar o conteúdo programático. A UniRio desenvolveu esse programa, escreveu para gente todo material. E nós acreditamos que vai ser um motivo de orgulho para o Estado do Rio de Janeiro.

Eu queria só trazer em linhas gerais aí o meu otimismo em relação a esse programa. Nós optamos por fazer em duas fontes, na época, FMA e Fecam, por conta de inicialmente era só os 20 núcleos, só o Fundo da Mata Atlântica vocacionado para áreas de unidades de conservação. Diante dos desafios que o Estado do Rio de Janeiro tem, diante dos investimentos que a gente já viu que, via concessão, serão feitos, para a gente poder resolver da qualidade hídrica do nosso estado, a gente entendeu que voltar e única e exclusivamente para a mata, para a vegetação, para Mata Atlântica, seria um desperdício, que a gente deveria cuidar de todos os biomas. Então, a gente optou por expandir esse programa e trazer mais flexibilidade para que a gente pudesse implementar esses programas onde cumprisse o papel